

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.912 - SP (2019/0011404-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **ROBERTA NOGUEIRA NEVES MATTAR**
ADVOGADO : **ELTON FERNANDES RÉU - SP185631**
AGRAVADO : **ISABELLA SAAD JACOMINE**
AGRAVADO : **JOEL GONÇALVES VIANNA**
AGRAVADO : **RAQUEL OLEGARIO VIANNA**
AGRAVADO : **VILSON ROSA DE OLIVEIRA**
AGRAVADO : **NELMA MOREIRA SAAD**
AGRAVADO : **RENATA MOREIRA BERALDO**
ADVOGADOS : **VILSON ROSA DE OLIVEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP095116**
 GILBERTO LOPES THEODORO - SP139970
 VINÍCIUS OLEGÁRIO VIANNA - SP227531
 NELMA MOREIRA SAAD DE OLIVEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP113949

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade (arts. 286 do CC e; 108 e 178, §1º, III, do CPC), Súmula 7/STJ (arts. 286 do CC, 108, 178, §1º, III, do CPC) e ausência/deficiência de cotejo analítico.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: Súmula 7/STJ (arts. 286 do CC e; 108 e 178, §1º, III, do CPC).

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta

decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º e 1.026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Ministra

